

O pensar de outro modo a formação do Tilsp: o cosmopolita na comunidade e a heterotopia como atitude

Thinking in a different way about Tilsp education: the cosmopolitan in the community and heterotopia as an attitude

Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado

Universidade Federal do Espírito Santo

Fernanda Santos Nogueira

Universidade Federal do Espírito Santo

Brígida Mariani Pimenta

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a formação e os modos de condução de vidas de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (Tilsp) a partir de uma discussão sobre a relação desse profissional com a comunidade surda. Para lograr êxito nesta discussão, desenvolvemos o conceito cosmopolita a partir da heterotopia como atitude. Usamos como metodologia de caráter qualitativo as entrevistas não-estruturadas e como resultado a análise das relações entre Tilsp e comunidade surda.

Palavras-chave: Tradutores e intérpretes de libras e língua portuguesa; Comunidade; Cosmopolita; Heterotopia

Abstract: This article aims to discuss the training and ways of leading the lives of translators and interpreters of Sign Language and Portuguese (Tilsp) from a discussion on the relationship of this professional with the deaf community. In order to succeed in this discussion, we developed the cosmopolitan concept based on heterotopia as an attitude. We used non-structured interviews as a qualitative methodology and, as a result, the analysis of the relationships between TILSP and the deaf community.

Keywords: Libras and portuguese translators and interpreters; Community; Cosmopolitan; Heterotopia

Para começar a conversa...

Existem momentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (Foucault, 1984, p. 15).

Iniciamos este artigo partindo da aposta de que, para pensarmos a formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (Tilsp), podemos lançar mão de fazermos um exercício em/do pensamento no sentido arendtiano. De acordo com Hannah Arendt, os “exercícios de pensamento” são experimentos que surgem da realidade dos incidentes e assumem a forma de “ensaios” (Masschelein; Simon, 2014). Com a intenção de praticarmos a criação de exercícios de pensamento na nossa produção, trazemos aqui o recorte de duas pesquisas do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (GIPLES) que conversam sobre a formação do Tilsp e as questões comunitárias. Quando estamos experimentando o nosso pensamento estamos nos movimentando na lacuna que significa estar presente no presente que é exatamente onde os exercícios acontecem (Masschelein; Simon, 2014). E é assim que trabalhamos em grupo fazendo interseções entre nossas próprias pesquisas.

E assim, ainda de acordo com Masschelein e Simons (2014), o presente é o espaço-tempo para exercício do pensamento e “a lacuna só existe quando o indivíduo é ele mesmo ali, estando atento ao presente, cuidando dele, preocupando-se com ele” (Masschelein; Simon, 2014, p. 13). O exercício do pensamento significa, enfim, que é uma atitude, um movimento, uma forma de se ex-por.

Fazendo então nossas experimentações no exercício do pensamento, retomamos Foucault (1984) para problematizarmos a possibilidade de pensar de outros modos a formação dos Tilsp como modo de vida (incluindo nos atentar), nos atentando, também, sobre a forma de se relacionar com a comunidade surda. Segundo Veiga-Neto e Lopes,

[...] pensar de outro modo não significa ampliar o que já se pensa, ou seja, é mais do que acrescentar conteúdos novos ao que já se pensa e já se sabe. O pensar de outro modo se move a partir de uma atitude de suspeita frente a tudo aquilo que é dado e que parece óbvio e natural. O pensar de outro modo significa o exercício de (tentar) pensar por fora do que é dado e já foi pensado, não no sentido de ampliar seus limites, mas sim no sentido de não assumir as bases sobre as quais se assenta esse dado que já foi pensado e, dessa maneira, deixar o já pensado para trás. (Veiga-Neto; Lopes 2010, p. 159).

Assim, pensar de outro modo é ter uma atitude de suspeita. Não significa ampliar o que se sabe, mas é o exercício de problematizar e interrogar a tudo que nos é dado como natural. O que é utilizado como base é deixado para trás, porque é necessário o exercício de se pensar outros modos, ou, pelo menos, de tentá-lo, sobretudo o de pensar por fora do que já é posto.

Assim, o pensar de outro modo é sempre uma viagem para fora, cujo roteiro dificilmente já se conhece e cujo destino de chegada quase nunca existe. Como que para tornar tudo mais difícil – mas, ao mesmo tempo, mais excitante –, viajar exige levantar as âncoras, desacomodar-se e deixar para trás o que parecia ser um porto seguro. (Veiga-Neto; Lopes 2010, p. 159).

Por isso, neste artigo, após a introdução, num primeiro momento, vamos discutir o que estamos chamando de comunidade e as relações entre liberdade e segurança. Posteriormente, discutiremos sobre a relação entre o Tilsp e a comunidade surda para, enfim, compreendermos como o conceito cosmopolita e a heterotopia enquanto atitudes, podem produzir outras formas de condução das condutas das vidas Tilsp.

A produção do comunitarismo e a questão entre segurança e liberdade

Para discutirmos sobre a comunidade surda a fim de observarmos as diferentes perspectivas na relação com os Tilsp, trazemos Bauman (2003) e Sennett (2012) para conversar.

Iniciemos com Bauman (2003) que discute sobre a relação entre segurança e liberdade na relação com a comunidade. O autor nos chama atenção de que ter acesso ao tão esperado lugar seguro exige uma obediência rigorosa em troca dos serviços que a comunidade presta ou promete prestar. Pertencer à comunidade significa ter proteção, mas não necessariamente manter a liberdade. Para ser membro da comunidade, é necessário seguir as normas e princípios para que não cause prejuízos à vida em comunidade. Sendo assim, a liberdade se torna o preço a pagar ao ser membro de uma comunidade.

Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” — e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à autoafirmação” e “à identidade”. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. (Bauman, 2003, p. 10).

Para o pensador, não é possível sermos humanos sem segurança e liberdade. Entretanto, não podemos ter as duas ao mesmo tempo - e na quantidade que quisermos. Ao escolhermos uma, perdemos a outra, inexoravelmente.

Os membros de uma comunidade que desejam nela permanecer, possivelmente, entendem como é imprescindível procurar respeitar e seguir as convenções e princípios internos para que a manutenção da segurança permaneça e o controle de intrusos se efetive. Entretanto, a procura dos membros por segurança tem como consequência a diminuição da liberdade, visto que a autonomia

entraria em choque com as regras internas da comunidade, que se empenha para manter os que possuem algo em comum em segurança, contribuindo para a existência da comunidade. Cabe perguntar: é possível outra perspectiva?

Assim, iniciamos a nossa conversa com Sennett (2012) a partir do que o mesmo entende sobre o comunitarismo como um movimento em que os sujeitos em uma comunidade se sacrificam uns pelos outros. Para se fortalecer, o comunitarismo se apropria de algumas palavras para a produção do movimento. Sennett (2012, p. 170) afirma que:

‘Confiança’, ‘responsabilidade mútua’, ‘compromisso’, todas são palavras que acabaram sendo apropriadas pelo movimento chamado ‘comunitarismo’. Esse movimento quer fortalecer os padrões morais, exigir dos indivíduos que se sacrifiquem por outros, prometendo que, se as pessoas obedecerem a padrões comuns, encontrarão uma força e realização emocional mútuas que não podem sentir como indivíduos isolados (Sennett 2012, p. 170).

Na produção de um movimento comunitarista, Sennett (2012) entende a confiança ou o compromisso como um direito de posse bastante dubio. O autor enfatiza que, falsa e erroneamente, os conflitos são ameaças para os laços sociais e somente a confiança e o compromisso na comunidade são sua unidade e sua fonte de força. Sennett (2012), acompanhando o pensamento de Lewis Coser, afirma que “[...] as pessoas são mais ligadas pelo conflito verbal que pela concordância verbal, pelo menos concordância imediata. Em conflito, elas têm que se esforçar mais para comunicar-se [...]” (Sennett, 2012, p. 171). Os atritos dentro do próprio grupo produzem a possibilidade de uma comunicação entre os sujeitos/membros/associáveis.

Essa comunicação pelo atrito é, segundo Sennett (2012), um dos atributos que fortalecem e unem as comunidades. “Laços criados pelos conflitos internos estão muito distantes das declarações defensivas de solidariedade comunal [...] na opinião de Coser não há comunidade enquanto não se reconhecem diferenças dentro dela” (Sennett, 2012, p. 171), diferentemente do comunitarismo que entende o “Nós” como partilha comunal de valores em comum.

O trabalho em equipe, por exemplo, não reconhece diferenças em privilégio ou poder, e por isso, é uma forma fraca de comunidade; supõe-se que todos os membros da equipe de trabalho partilham uma motivação comum, e é exatamente essa suposição que enfraquece a verdadeira comunicação. Fortes laços entre as pessoas significam enfrentar com o tempo suas diferenças (Sennett, 2012, p. 171).

O movimento comunitarista não olha as diferenças existentes dentro da comunidade, que também é produzida pelos conflitos gerados pela própria existência das diferenças. Por exemplo, o não reconhecimento das diferenças na partilha igualitária de privilégio produz um discurso que os surdos (prioritariamente) sejam professores no ensino da Língua de Sinais (LS). Assim, verdades são produzidas por uma atitude comunitarista que direciona as condutas dos sujeitos surdos a um tipo de comportamento específico adequado àquele movimento.

Para o gerenciamento da comunidade e a produção do comunitarismo, líderes são instituídos para promover uma espécie de governo do grupo. Nas comunidades surdas, seus líderes são pessoas que se destacam no grupo ou aqueles que se dispõem a lutar a favor da comunidade. São escolhidos e empossados com o título através de votação, em que a maioria decide. Essa escolha possibilita construir práticas de diretrizes das condutas dos membros/associáveis, por meio das quais suas ações são subjugadas à luz de atitudes comunitaristas.

Eles possuem, em suas mãos, a possibilidade de organizar e estabilizar o grupo, com estratégias que tragam uma suposta segurança para todos. Por algum interesse ou outro, tais posicionamentos podem acarretar desordem, pelo poder que é concedido ao líder pelos membros dessa comunidade e a influência que possui. Esse poder, se utilizado de forma desorganizada, pode trazer o fim do agrupamento/da comunidade ou sua destituição do cargo.

Diante das múltiplas possibilidades que uma comunidade pode produzir, temos o comunitarismo como uma das probabilidades de formas de conduzir o grupo. Porém, que consequência essa atitude comunitarista pode ocasionar na comunidade? A “[...] ‘comunidade’ é um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance [...]” (Bauman, 2003, p. 9, grifo do autor). Isso se pensarmos em uma comunidade como um lugar totalmente seguro. Pensando nesse lugar de conforto, onde a possibilidade de uma vida comunitária se faz nas ações de uns pelos outros, percebemos as atitudes comunitaristas que mostram o lado complexo de se viver desse modo. No entanto, nas comunidades,

[...] uma parte integrante da ideia de comunidade é a ‘obrigação fraterna’ ‘de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles’. Esse traço por si só faz do ‘comunitarismo’ ‘uma filosofia dos fracos’ [...] (Bauman, 2003, p.56, grifos do autor).

Haveria outra possibilidade de compreender essas relações? Bauman (2003) destaca a forma como na globalização a extraterritorialidade emerge. Executivos que se deslocam no mundo inteiro não se preocupam em se manter em algum território, pois “[...] eles veem as fronteiras nacionais e os Estados-nação como cada vez mais irrelevantes para as principais ações da vida no século XXI” (Bauman, 2003, p. 53). Ela não é definida por uma localidade, ou endereço fixo permanente. O único endereço possível é o de e-mail e o número do telefone celular.

Para tais profissionais, o que importa não é o local ao qual poderiam se prender, mas, sim, como colocarão em prática sua atuação sem interferências com a liberdade. Sobre esses executivos globais, pesquisadores destacam a mobilidade espacial que eles possuem.

Vivem e trabalham num mundo feito de viagens entre os principais centros metropolitanos globais – Tóquio, Nova York, Londres e Los Angeles. Passam não menos do que um terço de seu tempo no exterior. Quando no exterior, a maioria dos entrevistados tende a interagir e socializar com outros “globalizados” [...] Onde quer que vão, os hotéis, restaurantes, academias de ginástica, escritórios e aeroportos são virtualmente idênticos. Num certo sentido, habitam uma bolha sociocultural isolada das diferenças mais ásperas entre diferentes culturas nacionais [...] São certamente cosmopolitas, mas de maneira limitada e isolada. (Bauman, 2003, p. 54).

Diante da mobilidade, o profissional citado por Bauman (2003) não se prende a qualquer comunidade, mesmo na interação e socialização com seus pares. A atuação deles como profissionais independe de um território, como o de um nativo. O que importa é como a mobilidade contribuiu para a expansão das habilidades profissionais. Portanto, de que forma essa perspectiva pode se relacionar ao Tilsp?

O Tilsp e a relação com a comunidade surda: questões e perspectivas

O percurso histórico da comunidade surda e os desdobramentos que influenciaram sua constituição deixa marcas e características de identificação específicas na sua organização. Pensar sobre os membros da comunidade requer discutir os rituais de entrada e as possibilidades de participação nesse espaço. Enfim, o que constitui uma comunidade a partir da admissão de seus membros?

Entre aqueles que de uma forma ou outra tornam-se membros da comunidade surda, está o Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (Tilsp), mas que, assim como os demais, se ali deseja permanecer, é necessário que se siga as convenções internas dadas por ela, tendo autorização, proteção, porém, com possíveis limitações na liberdade.

A “comunidade” é concebida como um grupo constituído por indivíduos que têm algo em comum tanto na linguagem quanto por uma certa estrutura conceitual. Enfim, indivíduos que constroem algo comum: uma nação, uma polis, uma instituição, por exemplo (Lingis, apud Biesta, 2013). Esse tipo de comunidade é denominado comunidade racional. “A comunidade racional não é simplesmente constituída por uma provisão comum de observações, crenças em conjunto e máximas para ação, mas produz e é produzida por um discurso comum num sentido mais forte”. (Lingis, apud Biesta, 2013, p. 81). Ser membro dessa comunidade exige ser capaz de falar sobre ela e por ela como “agente racional” de um “discurso comum”. Os associáveis são esses agentes racionais que dão conta de representar o discurso da comunidade.

Os membros que compõem o grupo dos associáveis na comunidade são aqueles *agentes racionais* que constituem a norma que vai definir os *estranhos* nesse lugar. Segundo Bauman (apud Biesta, 2013), todas as comunidades produzem seus estranhos, sejam eles membros não associáveis ou mesmo associáveis por algum tempo.

Há uma desconfiança na comunidade em relação aos sujeitos que tentam se adentrar nesse lugar sem serem apresentados por um membro associável. Essa “desconfiança” é produzida a partir do incômodo com o não uso da Língua de Sinais (LS) por aqueles que procuram esse lugar. Tal incômodo é minimizado quando esses sujeitos são apresentados à comunidade por um “agente racional”, quando se comprometem a aprender a LS e a se identificar com os outros ali presentes.

Na comunidade surda (como em qualquer comunidade), é notável a produção do “Nós” e do “Eles”. Tanto “os agentes racionais” (associáveis) quanto os estranhos (aqueles que nada têm em comum) são nomeados por esses pronomes. Segundo Sennett (2012), a comunidade é composta por membros que usam o pronome “Nós”.

Lugar é geografia, um local para a política; a comunidade evoca as dimensões sociais e pessoais do lugar. Um lugar se torna uma comunidade quando as pessoas usam o pronome “Nós”. Falar desse jeito exige uma ligação particular, embora não local; um país pode constituir uma comunidade quando nele as pessoas traduzem crenças e valores partilhados em práticas diárias concretas (Sennett, 2012, p.165).

Assim, os “não associáveis” (ou aqueles estranhos), ao se aproximarem da comunidade surda, serão recebidos por seus membros como “Eles”. Sennett menciona o perigo do pronome.

[...] O uso do ‘Nós’ se tornou um ato de autoproteção. O desejo de comunidade é defensivo, muitas vezes manifestado como rejeição a imigrantes e outros marginais [...] Que tipo de relações pessoais constantes podem conter o uso de ‘Nós’? (Sennett, 2012, p. 165).

Quando situações assim acontecem, em qualquer que seja o grupo, são possíveis de serem notadas. A luta diária de sobrevivência incita o sujeito a estar em total vigilância, tentando perceber qualquer que seja o invasor (“Eles”); na comunidade surda, por exemplo, afinal, a tendência é se libertar dos sofrimentos causados no corpo (pelo uso limitado da LS nos espaços sociais) e na alma (por estar sempre em luta para ampliar esses usos).

Não estar em um meio conhecido ou familiar pode não ser a melhor opção do sujeito surdo. Não estar em meio aos seus pares linguísticos pode ser um problema. Portanto, confiança, responsabilidade mútua e compromisso são palavras que foram absorvidas por um movimento comunitarista, tendo características específicas.

Para continuar pensando de outros modos: o Tilsp cosmopolita e a heterotopia como atitude

Pensar em outras possibilidades que não sejam presas como uma âncora em um determinado lugar permitirá uma viagem para entender o que nos atravessa e os efeitos disso na atuação do Tilsp e, desse modo, isso torna esse exercício difícil e arriscado.

Foucault (2005) faz uma discussão sobre o que é a atitude de modernidade, a partir de Baudelaire quando analisa a resposta de Kant à pergunta traduzida: *O que são as luzes?* discutindo o conceito de Presente. Para o autor francês, a resposta de Kant evidencia um novo problema que precisa ser analisado a partir do presente, e não por meio de ação que será futura. “Ele busca uma diferença: qual a diferença que ele introduz hoje em relação a ontem?” (Foucault, 2005, p. 337).

A análise crítica leva a uma reflexão sobre o hoje, acerca da atualidade do trabalho posto em questão. Para Foucault (2005), a Modernidade não é vista como uma época, do que vem antes ou depois, como um tempo determinado, mas que seja encarada como uma atitude.

Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. (Foucault, 2005, p. 342).

É essa atitude que permite pensar o presente tendo como resultado uma maneira outra de agir e de se conduzir. Ter uma atitude de modernidade é reconhecer que o movimento existente não é eterno, para sempre, mas é assumir uma atitude em relação a esse movimento referente à atualidade. Ainda no sentido da Modernidade, para o pensador francês, além da relação com o presente, existe a relação consigo próprio. Vieira-Machado (2012) complementa:

Na aula de 5 de janeiro de 1983, no curso “O Governo de si e dos outros”, Foucault lê a resposta que Kant deu à pergunta sobre “O que são as luzes?”: “A saída do homem da sua menoridade, pela qual ele próprio é responsável” (Foucault, 2010b, p. 25). E, quando Foucault, nessa mesma aula, vai percorrendo detalhadamente sobre o que Kant diz sobre esse assunto, o autor entra na questão da capacidade do homem de elaboração de sua própria subjetividade, de governar a si mesmo. E a isso chama de ATITUDE. Não é apenas um trabalho político, mas estético. (Vieira-Machado, 2012, p. 105).

Diante do considerado, é possível pensar o Tilsp que elabora “sua própria subjetivação, de governar a si mesmo” (Vieira-Machado, 2012, p. 105) com uma ATITUDE que permite pensar o presente, tendo uma atuação outra de agir e de se conduzir na comunidade surda?

Quando dizemos atuação outra, não nos referimos à mudança física, mas uma atuação que coloca o Tilsp em um lugar reflexivo diferente e que tenha outra ATITUDE, ainda que permaneça no mesmo lugar. Com esta ATITUDE, o Tilsp mantém a relação com a mesma comunidade surda e não outra, porém com outras perspectivas, problematizando e refletindo sobre essa situação. Dessa maneira, por que razão isso se torna uma questão presente?

A partir do que entendemos de ATITUDE, continuaremos a discussão com os dados produzidos metodologicamente pela pesquisa de Nogueira (2018), que é de caráter qualitativo, com entrevistas não-estruturadas tendo a participação de dez sujeitos diferentes, sendo cinco ouvintes e cinco surdos.

No caso da escolha dos participantes surdos, o critério foi o de todos serem evidenciados nos movimentos das associações e na área acadêmica no estado do Espírito Santo (ES) e estarem em alguns espaços onde a comunidade surda se encontra, tais como associações, escolas municipal, estadual, federal e de ensino privado. Alguns são professores atuantes em contratos de Designação Temporária (DT), concursados ou efetivos em instituição de ensino.

A escolha pelos intérpretes se concentrou nos que atuam no contexto educacional nos níveis de ensino fundamental, médio e superior. O tempo variado em que possuem contato com a Libras e, conseqüentemente, com a comunidade surda foi outro critério escolhido. Dos cinco Tilsp entrevistados, um é filho de surdos e outros com tempo de um, oito e vinte anos de atuação. Esse critério teve o objetivo de observar se o tempo em que usam a Libras e que tem contato com a comunidade surda cria outras formas de se relacionar com a comunidade (Nogueira; Vieira-Machado, 2021, p. 71).

Assim, com os relatos, podemos perceber que é significativo afirmar que alguns Tilsp iniciaram seu contato com a comunidade surda em contexto religioso. Inicialmente, ainda não se nomeava como profissional da área, e sim, a um falante da Libras - ou, pelo menos, que desejava aprofundar o conhecimento nela.

Em muitos momentos, justamente no caso dos Tilsp ouvintes, o trânsito entre ser “Nós” ou “Eles” é muito rápido. Passa-se de um a outro sempre que for autorizado pelos surdos líderes e associáveis. Este fato não constitui um problema em si, porém, é evidente a importância de que o Tilsp dê conta de lidar com esse deslocamento constante.

Nas entrevistas com os Tilsp, destacamos que desde os primeiros encontros com os falantes da Libras, eles ainda aprendizes dessa língua, eram informados de que, para pertencer à comunidade, era indispensável que algum membro surdo o avaliasse e aprovasse sua permanência e interação com ela.

Durante todo o período de aprendizado e uso da Libras até o momento de formação institucionalizada, e mesmo após, é possível encontrar falas recorrentes entre os Tilsp acerca da necessidade de uma indicação que denota a autorização do sujeito surdo para sua atuação como tal e, conseqüentemente, ser aceito na comunidade, conforme relatado pelas intérpretes:

[...] então, ali em 2011, 2012, salvo erro, foi uma dessas aberturas em saber que eu podia ser aceita porque eu tenho a fluência em língua de sinais, também tenho o Prolibras, quando eu falo lá em formação, e também fui aprovada no exame do Prolibras de proficiência. Então, essa abertura não só a questão dos certificados, mas de ser buscado fatores para estar sendo aceita na comunidade. (Intérprete Lacy).

Nesse momento, antes dessa divisão de ser ou não ser intérprete, talvez eu não aceitasse porque, quando você está nessa posição de estar tentando entrar na comunidade, você pensa no feedback do surdo como prioridade. (intérprete Lilian).

A procura por essa autorização ou sinal de aceitação pelo surdo para os que se interessam em ter acesso à comunidade surda é um dos alvos daqueles que desejam se tornar Tilsp, no contexto do Estado do ES, de forma que a fluência da língua seja alcançada.

Logo, para qualquer aprendiz de uma língua, o incentivo para a participação em intercâmbios é valorizado, colocando em evidência a necessidade de o falante ter um período de convivência com os fluentes daquela língua, mas não necessariamente que seja exigido fazer parte de uma comunidade estrangeira. O intérprete descreve esse processo, enfim.

[...] por exemplo, se eu sou tradutor de uma língua, como a língua inglesa, eu não preciso pertencer à comunidade inglesa ou à comunidade americana, eu não preciso pertencer a elas, agora isso não significa que eu não necessite conhecer um pouco mais da cultura dos usuários da língua inglesa. Então, eu sei que há variações da Língua Inglesa falada na Inglaterra e nos Estados Unidos e no Canadá, na Austrália, há diferença na África do Sul. Então, isso eu posso me interessar, se eu sou um profissional da Língua Inglesa e me interessar nessas variações das conceituações e das atribuições das palavras que

são utilizadas, porque isso me interessa para eu trabalhar como tradutor intérprete em inglês. Agora, se eu sou tradutor e intérprete de Libras e for fazer essa comparação, me interessaria muito saber como é que os surdos utilizam os sinais e como é que são essas variações dos sinais em vários estados e isso não significa que eu estou pertencendo à uma comunidade, eu me interesso pela comunidade e me interesso pelas coisas que a comunidade faz. (Intérprete Tuca).

Assim, qual a diferença ao ser incentivado a aprender Libras na comunidade surda? No caso das comunidades falantes desta língua, o intercâmbio acontece no mesmo país, no Brasil, não sendo necessário o deslocamento entre países. Porém, incentiva-se que o aprendiz faça parte da comunidade para assim ser reconhecido e aprovado por ela. A partir desse momento, ele procura um intercâmbio e a aprovação da comunidade, perdendo ou ganhando a liberdade e proteção, conforme a surda e as intérpretes entrevistadas relatam a seguir.

[...] é importante ele ter contato com a comunidade surda porque ele precisa se apropriar. Porque o surdo não usa os sinais igual os ouvintes aprendem, é diferente. Com o contato todo dia, ele se apropriará do jeito de ser surdo, da identidade, conhecerá a cultura surda, os sinais junto com a expressão, tudo junto entendendo o jeito de ser surdo. O surdo o verá e entenderá que está muito bem. Se ficar apenas no interesse pelos sinais, os surdos verão a interpretação e perceberá que não tem sentido, parecendo que não conhece a língua, a essência, faltando algo. No contato com a comunidade surda, a sinalização será própria do surdo. Por exemplo, o intérprete de aluno surdo. Eu já olhei para os dois e interferei, por ser minha língua e sinalizei e o aluno entendeu. Porque ele sabe a mesma língua que eu. O ouvinte parecia que só copiava e eu já tinha um jeito apropriado de sinalizar. É normal do surdo ao ter contato. Outro exemplo: igual na área da saúde, o intérprete trabalha na educação e depois vai para a saúde. Ele sabe como atuar lá? Não conhece os sinais do contexto. Como vai interpretar? É dito a palavra, e ele não entenderá, e daí cairá na soletração. É importante ter conhecimento antecipado da área e, com isso, o surdo pode aprender. (Surda Márcia).

Por exemplo, eu sou coda, mas eu dependo da comunidade porque senão eu vou além de ficar mais excluída, se eu não quiser contato com ela eu vou regredir porque o que me faz evoluir querendo ou não são eles e é língua que está sempre em evolução e quem pratica essa evolução é eu conviver na comunidade só como intérprete, eu não vou aprender como eu aprendo com eles. (Intérprete Andressa).

Porque ele não vai conseguir adquirir a fluência, e ele precisa de um contato linguístico, ele precisa de um contato com a comunidade porque pode fazer vários cursos, mas, se eu não tiver o par surdo que também tem uma formação e uma fluência, eu não consigo evoluir. (Intérprete Lacy).

Conforme bastante enfatizado pelo relato da surda e das intérpretes, estar na comunidade para que a sinalização seja mais trabalhada tem o nível de importância. A língua de sinais para o surdo é um instrumento político. Ela que marca a diferença surda. Pensando a LS e qualquer outra língua, o intercâmbio é fundamental.

Portanto, não pretendemos desmerecer a importância do contato com os falantes de uma língua no processo de aprendizagem de um aprendiz em potencial. A problematização está em: mesmo após o desenvolvimento no uso e na tradução e interpretação das línguas envolvidas, o sujeito que deseja ser profissional deve buscar ou ser incentivado a procurar a aceitação e aprovação de uma comunidade? E qual o *status* dos processos de formação e certificação institucionalizados que garantem e reconhecem a atuação desse profissional?

Logo, nos processos institucionalizados de aprovação e certificação de tradutores e intérpretes das línguas orais, tais como os cursos de formação, exames de proficiência e bancas de avaliação, os profissionais atuam sem a necessidade da aprovação de uma comunidade estrangeira. No caso dos usuários da Libras, que desejam se tornar profissionais Tilsp, mesmo que tenham formação, são subjetivados a buscarem a legitimação da comunidade com seu discurso de verdade. Mesmo destacando a importância das lutas surdas no processo de reconhecimento dessa profissão nos atrevemos a perguntar: é possível uma atuação outra do Tilsp?

O problematizar ou reproblematicar não significa cair na dicotomia do certo/errado ou verdadeiro/falso, mas sim refletir como seu saber intervém na sociedade, entendendo que participa, por meio da sua prática, de uma vontade política desempenhada por sua função.

Ao reproduzir o discurso da comunidade sem problematizar, o Tilsp diz aos outros o que elas devem fazer em relação aos membros da comunidade, sendo um portador de valores universais, de verdades postas. No momento em que não se interroga, ele se permite ser conduzido por outros e pela comunidade. Contribuindo com a problematização, Biesta (2013) enfatiza que

[...] ao falar com a voz da comunidade racional, não sou realmente eu quem está falando. A minha voz é simplesmente a voz intercambiável da comunidade racional. Mas quando falo ao estranho, quando me revelo ao estranho, quando quero falar na comunidade daqueles que não tem nada em comum, então tenho de encontrar minha própria voz, então sou eu quem tem de falar – e ninguém mais pode fazer isso por mim. Para dizer em outras palavras, é essa própria maneira de falar que me constitui como um indivíduo único – como eu, e ninguém mais. [...] O que importa não é o conteúdo do que dizemos, mas o que é feito. E o que é feito, o que precisa ser feito, e o que só eu posso fazer, é responder ao estranho, ser responsivo e responsável em relação ao que o estranho exige de mim. (Biesta, 2013, p. 92-93).

O Tilsp pode exercer a comunicação ativa a partir da ideia de que, ao assumir um discurso de uma comunidade específica, ele o fez por meio da sua própria “voz”, ou seja, de uma escolha consciente em resultado de problematizações - e não simplesmente para reproduzir sem o entendimento do que isso envolve.

Então, muitas vezes eu reproduzo sim, coisas que eu sei e que eu avalio como sendo adequados alguns discursos da comunidade surda e eu acho interessante e eu posso até repetir, mas tem muitos outros que eu não repito [...] No meu ponto de vista, quando você cria uma identidade e as suas marcas pra dizer “eu sou isso e eu sou puro isso por causa dessas coisas”, “eu tenho aquela identidade e pronto”, eu tô fechado. Agora, se eu não tenho essas identidades e eu avalio e problematizo, eu não tô preso a nada. (Intérprete Tuca).

Esse exercício de analisar e problematizar o que sempre considerou como uma verdade possibilita ver outros modos de agir e entender o que nos atravessa, ainda que isso demande refazer tudo e começar a aprender mais sobre temas antes não explorados com outro olhar, conforme a intérprete se auto avalia.

Hoje eu tomo muito cuidado porque hoje se fala muito disso “ah, fulano que tem muita fluência é intérprete ou não?” então parece que eu tô refazendo algumas conclusões que eu tinha e eu vou ter que refazer tudo e começar a aprender mais sobre isso. (Intérprete Andressa).

A partir do momento em que se assume a linguagem da responsabilidade, sendo responsivo e responsável com a alteridade, este Tilsp se torna presente quando compreende que essa linguagem permite uma voz singular e única para responder, se posicionar, e assumindo a responsabilidade sobre o que é dito na comunidade. Essa linguagem como resposta não se refere ao conjunto de palavras ou elocuições, mas de como nos constituímos por meio da nossa resposta à comunidade surda (Biesta, 2013, p. 92-94).

E se pensarmos no Tilsp que transita fora dos muros da comunidade, isso é possível? Caso seja, não seria ele um cosmopolita, no sentido que Bauman (2003) apresenta? Para continuarmos, é importante entendermos como se dá esse deslocamento, enfim.

Bauman (2003) apresenta a zona livre de comunidade como conceito do espaço em que se favorece a liberdade do livre trânsito, criando outras formas de se conduzir. Segundo o autor, a zona livre de comunidade

É um lugar onde uma reunião, entendida como mesmice (ou mais precisamente, uma insignificância de idiosincrasias) de indivíduos encontrados por acaso e “necessariamente irrelevantes”, e uma individualidade, entendida como a facilidade não problemática com que as parcerias são celebradas e abandonadas, são exercidas dia a dia em lugar de todas as outras práticas socialmente compartilhadas. A “secessão dos bem-sucedidos” é, antes e acima de tudo, uma fuga da comunidade. (Bauman, 2003, p. 55).

Sobre a zona livre de comunidade entre os espaços, Bauman (2003) chama a atenção para aquele que se destaca nesse livre trânsito na globalização: o cosmopolita. A palavra com origem grega *kosmopolítes*, em que *kosmós* é “mundo” e *polites* “cidadão”, significando “cidadão do mundo”.

[...] parece que o novo cosmopolitismo dos bem-sucedidos (aqueles que conseguem reformular a individualidade de jure, uma condição que compartilham com o resto dos homens e mulheres modernos, como individualidade de facto, uma capacidade que os separa de grande número de seus contemporâneos) não precisa da comunidade. Há pouco que possam ganhar com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, e muito que perder se forem capturados por ela. (Bauman, 2003, p.56).

O estilo de vida cosmopolita não está preso a um lugar como de um nativo pertencente a uma nação ou comunidade.

O que este estilo de vida celebra é a irrelevância do lugar, uma condição inteiramente fora do alcance das pessoas comuns, dos “nativos” estreitamente presos ao chão [...] a mensagem do modo “cosmopolita” de ser é curta e grossa: não importa onde estamos, o que importa é que nós estamos lá. (Bauman, 2003, pp. 54-55).

O cosmopolita transita em várias comunidades, vivendo na zona livre de comunidade, se deslocando e conduzindo a sua presença nos espaços. É possível, assim, o Tilsp com uma atitude cosmopolita?

Uma possibilidade é quando o profissional, que nesse deslocamento que não é necessariamente físico, tem uma atitude em relação à sua prática, com o outro e com a comunidade, em que entende sua atuação como resultado da sua escolha, interrogando, encontrando outras possibilidades e problematizando o que está posto, mesmo ao transitar em várias comunidades.

O Tilsp, a partir de uma atitude cosmopolita, torna-se um intelectual específico e, por isso, é responsivo e responsável também com a comunidade surda nos trabalhos político e ético. O Tilsp cosmopolita pensa governos outros da sua própria profissão nas possibilidades de deslocamentos outros, não sendo um sujeito passivo. Assim, a partir desse deslocamento, a comunidade surda pode vir a ser um espaço para produção de heterotopias pelo Tilsp cosmopolita?

Em Foucault (2013, p. 21), heterotopias são “os espaços absolutamente outros”, em que, a partir de um espaço, outros e diferentes lugares são criados com um objetivo específico. Alguns desses espaços são, por exemplo, os jardins, teatros, cinemas, prisões, os asilos, casas de repouso, lugares diversos que, mesmo tendo funções diferentes do que se encontra na sociedade, têm sua finalidade determinada.

Qual a relação das heterotopias com o Tilsp cosmopolita? Mesmo estando na comunidade surda, o intérprete com a atitude cosmopolita, pode criar heterotopias na comunidade ao analisar a possibilidade de aprender a cuidar de si mesmo para que consiga ser um sujeito livre, autônomo capaz de criar suas próprias regras, de ser capaz de pensar, decidir e viver por si mesmo, conforme relata a profissional entrevistada

[...] se eu for partir do princípio do que a gente aprende lá no início, a gente precisa, sim, ter esse contato com a comunidade e conhecer os surdos e, às vezes, parece que você tem que estar à disposição do surdo, e, quando ele precisa, você precisa estar lá, só que hoje eu tenho uma postura diferente, eu sou amiga de surdos, mas eu sou amiga de surdos que são meus amigos e eu não tenho mais aquela preocupação de estar ali agradando pra estar no meio da comunidade, eu estudo língua de sinais e eu estou conhecendo a comunidade e digo que estou conhecendo porque a gente nunca para de conhecer mas não mais com esse peso de precisar ser aceita, e eu estou aqui e já faço parte disso independente de eles me aceitando ou não. (Intérprete Lilian).

O Tilsp ao criar um espaço heterotópico, por meio de uma atitude cosmopolita, apresenta outras possibilidades de se relacionar na comunidade em que a problematização sobre a sua atuação cria outros lugares para o deslocamento.

Considerações finais? Ainda tem muito o que falar sobre o assunto...

De um sujeito que reproduz discursos internos, para um sujeito que problematize e suspeite do que está posto; de um profissional na condição assujeitada para o de um sujeito que governa sua própria profissão. Enfim, é ter a atitude cosmopolita ao criar outros espaços para a produção de heterotopias na comunidade para reflexão, problematização e atuação, tendo como resultado uma relação diferenciada com ela.

Na heterotopia, não há projeções de lugares utópicos, mas o de experimentar espaços outros dentro dos espaços que já existem e são instituídos. A comunidade surda é o espaço instituído e todos possuem uma função para agir de determinadas maneiras, possibilitando algumas ações e regulando outras.

É neste espaço que os Tilsp vivem e atuam. Ali, podem desenvolver atuações outras. O objetivo não será de transformar a comunidade, mas o de poder atuar provocando transformações em si mesmos, inventando possibilidades e “traçando linhas de fuga” ao que está instituído (Gallo, 2016, p. 10).

Pensar em uma outra possibilidade de relação com a comunidade é como ter uma atitude para a vida, que contribui para a possibilidade de enxergar o espaço da comunidade como um espaço onde seja possível conhecer a si mesmo e aprender a inquietar-se consigo, a olhar para si. Não se trata de reivindicar outra comunidade, mas de ter uma atitude diferente em relação a ela. Uma atitude para além do assujeitamento, em que cada profissional possa ser capaz de pensar por si próprio, constituindo-se como sujeito neste processo.

Ao exercitar seu pensamento em direção a analisar sobre como sua relação com a comunidade conduz sua prática como mediador, o Tilsp cosmopolita, ao produzir espaços heterotópicos na comunidade, possibilitará que tal lugar seja estabelecido, não um espaço de condução sobre suas ações, mas uma de reflexão como intelectual específico.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Título original: Community: Seeking Safety in an Insecure World.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Tradução: Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Título original: Beyond Learning: democratic education for a human future.

FISS, Dóris. Possibilidades e linhas de fuga: a invenção de escolas outras no dia a dia – Uma entrevista com Silvio Donizetti de Oliveira Gallo. **Eventos Pedagógicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 994–1003, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1984. Título original: Histoire de la sexualité 2: l'usage de plaisir.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? *In*: MOTTA, Manoel de Barros da (Org.). **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: N-1 Edições, 2013. Título original: Les corps utopique hétérotopies.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Pedagogia, Democracia e a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

NOGUEIRA, Fernanda Santos; VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. O intérprete educacional: um assunto comunitário? **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 15, n. 32, p. 69-87, 2021. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES.

NOGUEIRA, Fernanda dos Santos. **O intérprete educacional cosmopolita: práticas heterotópicas na relação com a comunidade surda**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

PIMENTA, Brígida Mariane. **Encontros surdo-surdo(s) como espaço de produção de uma comunidade: a potência do(s) encontro(s)-amizade(s)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SANTOS, Joaquim Cesar Cunha dos. **A formação do tradutor-intérprete de língua brasileira de sinais como intelectual específico: o trabalho de interpretação como prática de cuidado de si**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução: Marcos Santarrita. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. Título original: The corrosion of Character.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica. In. CARVALHO, Alexandre Filordi. **Revista ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 147-166, 2010. Número temático: Foucault e a Educação: é preciso pensar e agir de outros modos. 2010.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. **(Per)cursos na formação de professores de surdos capixabas: constituição da educação bilíngue no Estado do Espírito Santo**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.